



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB.**

**ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL NO AMBIENTE
ESCOLAR (UNIAFRO)**

Andrea da Silva Oliveira

**A lei 10.639/03 e as limitações quanto a sua aplicabilidade
na Escola Maria do Carmo Bezerra**

Redenção – CE
Junho de 2016

Andrea da Silva Oliveira

A lei 10.639/03 e as limitações quanto a sua aplicabilidade na Escola Maria do Carmo Bezerra

Monografia apresentado como exigência para a obtenção do título de especialista em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profª. Dra. Cristiane Santos Souza

Redenção – CE
Junho de 2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

O45c Oliveira, Andrea da Silva.

A lei 10.639/03 e as limitações quanto a sua aplicabilidade na Escola Maria do Carmo Bezerra. / Andrea da Silva Oliveira. – Redenção, 2016.

39 f.: il.; 30 cm.

Monografia do Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Santos Souza.
Inclui referências.

1. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. 2. Educação. I. Título.

CDD 379.260981

A lei 10.639/03 e as limitações quanto a sua aplicabilidade na Escola Maria do Carmo Bezerra

Monografia apresentado como exigência para a obtenção de especialista em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

COMISSÃO EXAMINADORA:

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Santos Souza

Profa. Francineide Bezerra.

Profa. Dra. Vera Rodrigues.

Redenção - Ceará
Junho – 2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho, em especial, pela paciência e amor; ao meu marido pelo total apoio e carinho e a minha rainha e mãe, sem seus ensinamentos eu não seria nada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre estar ao meu lado me guiando e protegendo.

EPGRAFE

Concedeste o desejo do seu coração, e não lhe
negaste o pedido de seus lábios.

(Salmo 21, v., 3)

RESUMO

Este trabalho trata da implementação da Lei 10.639/03 na rede de ensino público brasileiro, mais precisamente na escola Maria do Carmo Bezerra, da Cidade de Acarape-CE; faz uma análise das condições em que a Lei está sendo posta em prática nas escolas. O trabalho apresenta um breve percurso da história da educação no Brasil. Este recuo no tempo passado se deu por entender que é necessário para pensar o presente e projetar projetos para a educação no futuro, em particular a história da África e Afro-brasileira. A narrativa histórica oficial brasileira não poupou esforços para apagar dos registros, manipular os fatos e, com certeza, eliminar a presença do negro no Brasil. O trabalho, também aborda práticas que revelam o preconceito e suas muitas manifestações na sala de aula e em outras dependências da escola. Qual o papel da escola para eliminar essas práticas preconceituosas? Como se dá o processo de formação na escola e como trabalha o problema do preconceito e do racismo no espaço da escola. Para refletir sobre estas e outras questões transversais à questão, analisei o livro didático de língua portuguesa e literatura do primeiro ano do ensino médio utilizado na escola estuada. Da mesma forma, analisei a presença do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid/Univali) na Educação Básica e seus impactos no processo pedagógico da escola.

Palavras Chave: Educação, Afro-brasileiro, Racismo, Lei 10.639/2003.

ABSTRAT

This work deals with the implementation of Law 10,639 / 03 in the Brazilian public school system, specifically the school Maria do Carmo Bezerra, City Acarape-EC; It analyzes the conditions under which the law is being implemented in schools. The paper presents a brief overview of the history of education in Brazil. This retreat last time was given to understand that it is necessary to think about the present and design projects for education in the future, in particular the history of Africa and Afro-Brazilian. The Brazilian official historical narrative spared no effort to erase the records, manipulate the facts and, of course, eliminate the presence of black people in Brazil. The work also deals with practices that reveal prejudice and its many manifestations in the classroom and other school property. What is the role of the school to eliminate these prejudicial practices? How is the process of training in school and as works of prejudice and racism problem in the school space. To reflect on these and other cross-cutting issues to the question, I analyzed the textbook of English language and literature of the first year of high school used in school. Likewise, analyzed the presence of the Institutional Scholarship Program Introduction to Teaching (Pibid / Univali) in Basic Education and its impact on the educational process of the school.

Keywords : Education, Afro -Brazilian , Racism , Law 10,639 / 2003 .

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo I - O NEGRO NA EDUCAÇÃO	13
1.1. A Ideologia do Branqueamento.....	15
1.2. Um estudo sobre lei 10.639/2003.....	16
Capítulo II - A LEI 10.639/2003 NAS ESCOLAS.....	20
2.1. Em Busca da Identidade.....	21
2.2. O Preconceito no espaço escolar.....	22
Capítulo III - O LIVRO DIDÁCO DE LINGUA PORTUGUESA.....	26
3.1. Calendário escolar Afro- Brasileiro.....	28
3.2. O PIBID na escola.....	32
Considerações Finais	34
Referências Bibliográficas.....	36
ANEXO	

INTRODUÇÃO

A necessidade de realizar esse trabalho nasceu a partir do momento que a Universidade da Internacionalização da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – passou a estar mais presente nas escolas, salas de aulas, pátios da escola e até no dia a dia dos alunos e professores da rede pública de ensino.

Esse momento da pesquisa surge a partir de uma investigação e de diálogo com alguns autores, não aponta para um encerramento, mas sim para a possibilidade de novos questionamentos.

Através do envolvimento neste universo, observou-se o quanto os alunos e os próprios professores estavam despreparados e mal informados sobre a suas raízes africanas.

Diante dessa problemática verificou-se que era importante saber como estava sendo cumprida lei 10.639/03 é um grande desafio na escola Maria do Carmo Bezerra tanto para os educadores e gestores quanto para os discentes. A pesquisa foi realizada na rede pública estadual na cidade de Acarape, na escola Maria do Carmo Bezerra.

Faz-se necessário que o processo se estabeleça na escola para se valerem às Leis, para que desapareçam os vestígios de uma sociedade que, ao longo de sua história, perseguiu, segregou, excluiu e humilhou a população negra e mestiça do nosso país.

O projeto investigou como a escola está recebendo e trabalhando as diretrizes estabelecidas pela Lei 10.639/03, as dificuldades encontradas; a forma como os professores estão lidando com os desafios postos por esta demanda e as possibilidades e limitações encontradas nos materiais utilizados. Os objetivos do trabalho foi promover a reflexão quanto à necessidade do estabelecimento das orientações da Lei no âmbito das escolas de Acarape, garantindo condições adequadas para seu pleno desenvolvimento. Trabalhar também a valorização e o

reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira, a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano das escolas. Conhecer os benefícios que a aplicação da Lei 10.639/2003 traz para a comunidade.

Para tal, utilizei como estratégia metodológica a pesquisa bibliográfica e fontes documentais como: revistas, livros didáticos, artigos, manuais; bem como, fontes digitais que tratam da Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas nas escolas brasileiras. Numa abordagem qualitativa, o trabalho foi realizado com toda a comunidade escolar; os alunos, os professores, gestores.

A consolidação da Lei n. 10.639/2003 pode ser considerada um avanço na luta histórica da população negra na busca por vê retratada com valor um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional a implementação e consolidação da Lei n. 10.639/2003 significou uma ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto das políticas que visam à melhoria da qualidade da educação brasileira para todos.

O presente trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro relata um pouco da história da educação, das condições, ofertas das vagas e o papel do negro diante do sistema de ensino público brasileiro. Aborda de forma breve a ideologia do branqueamento e as consequências dela no processo educacional; bem como introduz a reflexão sobre a Lei 10.639/03.

O segundo capítulo discorre, de uma forma mais específica, sobre a Lei 10.639/03 e a escola, como a mesma se adéqua ao estabelecimento da Lei. Fala sobre a luta pelo reconhecimento e afirmação da identidade negra, aspecto subjacente a Lei. Por fim, aponta para os valores que são retratados pela sociedade brasileira em relação ao negro e, de forma mais detida, como a escola tem, ao longo destes dez anos da Lei, se organizado para administrar os problemas por ela evidenciados.

O terceiro capítulo analisa o livro didático do 1º ano do ensino médio usado na escola Maria do Carmo Bezerra, em Acarape/CE, que é usado há mais de 06 (seis) anos a mesma editora vem sendo escolhida pelos professores de língua Portuguesa, a cada 03 (três) anos o livro passa por pequenas mudanças. As autoras responsáveis são: William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães.

O terceiro capítulo também fala sobre as ações que a escola vem desenvolvendo para a consolidação do ensino e sensibilização quanto à história e cultura afro-brasileira e africana.

Por fim, na conclusão retomo algumas das questões desenvolvidas ao longo do trabalho, enfatizando a importância dos jovens estudantes afrodescendentes reconheçam sua história e dos seus ancestrais, que possam se identificar de alguma forma com as origens africanas e que possam se construir enquanto sujeitos ativos de suas próprias histórias.

CAPÍTULO I - O NEGRO E A EDUCAÇÃO

Não é possível negar que tenha uma história da educação e da escolarização dos grupos afro-brasileiros, entretanto, há de se concordar que existe em demasia, carência sobre estas informações, “principalmente, devido à omissão nos conteúdos oficiais da disciplina de História da Educação” (CRUZ, 2005, p. 30).

MONIOTE (1976), por sua vez:

Tece considerações sobre a tendência, que perdurou durante muito tempo, de excluir os povos não europeus das narrativas do campo histórico. Tal exclusão foi justificada por uma ideia de inexistência de fatos notáveis nas sociedades não europeias, antes do contato com os brancos. Para o autor, essa ideia “esterilizava os germes da curiosidade histórica, privada de objetos pela evidência previa. (MONIOTE, 1976, p.99)

Ainda que o autor esteja fazendo uma alusão à parte da história que tentou justificar o europocentrismo histórico no contexto europeu até a primeira metade do século XX, compreende que mesmo no começo do século XXI, no Brasil, essa mesma problemática exposta por ele, permanece atualizada, especialmente no que concerne o andamento da história da educação.

Somente a pouco mais de quatro décadas, que o ensino da História da educação brasileira tem seu espaço garantido no currículo de formação do docente, como uma disciplina específica. Entretanto nas bibliografias analisadas com esse tema em foco percebe-se a inexistência de vivências escolares dos negros em períodos precedentes à década de 1960, quando a rede pública de ensino cresce em numerosas ofertas de vagas. (MONIOTE, 1976, p.99).

Porém, se esses números foram mesmo ofertados, como explicar as grandes intervenções dos negros na sociedade brasileira no início da República por meio das organizações negras, da criação de escolas e da imprensa negra. Neste rastro, a literatura informa o processo de constituição de uma imprensa negra, da criação dos clubes recreativos ou associações, entidades religiosas ou beneficentes, grupos culturais e teatros amadores. Especificamente, sobre a imprensa negra há

registros de sua existência no Rio Grande do Sul já em 1892; em Campinas, em 1903 e, mais tarde em outros municípios do estado de São Paulo, desde 1915. (BUTLER, 1999; IOKOI, 1997).

Indagações como, quais teriam sido os processos de escolarização vivenciados desde o período da escravidão, permanecem sem as devidas respostas, e assim com essa deficiência de respostas, reforça a falta de conteúdos na história da educação brasileira que contemplem os rumos educacionais e escolares dos afro-brasileiros.

Conforme nos diz Nagle,

Se a História da Educação Brasileira não contemplada a multiplicidade dos aspectos da vida social e da riqueza cultural do povo brasileiro (...). Ao mesmo tempo em que funciona como a história da escolarização das camadas médias (WARDE, 1984, p. 6), pode dizer que essa disciplina e seu campo de pesquisa têm sido veiculados de continuísmo da reprodução do tratamento desigual relegado aos negros e índios nessa sociedade. (NAGLE, 1984, P.29)

Perante essa ideia é notório que, para um determinado grupo construir sua trajetória histórica, faz-se necessário também que haja a conservação das fontes e registros. Defesa resultante do “cuidado” e do “interesse” de determinados povos que deram origem a essa cultura

O que se sabe é que na realidade, às pessoas que eram tidas como importante na sociedade não contribui e/ou não contribuiu para a preservação de tais fontes históricas, conforme evidencia Cruz na seguinte afirmação:

A problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais negros no Brasil revela que não são os povos que não tem historia, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação. (CRUZ, 2005, p. 23).

Para Davis, “apesar da contribuição africana para a sociedade, a elite brasileira sistematicamente tentou ignorar a africanidade no Brasil”. (DAVIS, 2000, p.

24). Podemos dizer que a elite brasileira tentou apagar as contribuições africanas que seria os registros da existência do negro, métodos de trabalhos, costumes e até a cor.

Em presença desta problemática é preciso dar credito a reflexão de estudos voltados para os afro-brasileiros. Estudos que estejam inseridos na historia da educação brasileira, e que colaborem para verdadeiras análises sobre os aspectos excludentes da historia, que menosprezam os setores pobres, negros e não europeus.

E a seguir um desses processos que mais teve repercussão a longa data, a Ideologia do branqueamento.

1.1 A Ideologia do Branqueamento.

O antropólogo Kagengele Munanga afirma que não é fácil definir quem é negro no Brasil, conforme podemos ver no trecho que segue abaixo:

Num país, que desenvolveu o desejo do branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento étnico-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. (MUNANGA, 2006, p.18).

A ideologia do branqueamento foi uma das modalidades do racismo à brasileira. No período pós-abolição, o branqueamento aparece como um processo irreversível no Brasil. Pelas estimativas mais "acreditáveis", o tempo necessário para o aniquilamento do negro era de aproximadamente entre 50 a 200 anos. Essas prevenções eram difundidas, inclusive, nos documentos oficiais do governo a exemplo do que "demostrava" o recenseamento de 1920.

Estes registros são uma prova importante, de que o governo era avalista do projeto de branqueamento. Salientamos que o objetivo era menos o branqueamento

genotípico e mais o "clareamento" fenotípico da população. O ideal de branqueamento da população constituiu-se numa das vertentes ideológicas assumidas pelo pensamento racista da *Belle Époque* (CRUZ, 2005, p. 18).

Sabe-se que o governo foi responsável pelos resultados da exclusão racial no território Brasileiro. No procedimento de imigração, diversos italianos, por exemplo, vieram para o Brasil subsidiados pelo governo. Alguns receberam terras, empregos, passagens pagas e mais instrução. Era a vontade do governo que uma grande mistura se proliferasse sendo que os negros sempre foram deixados em segundo plano, pois não foi dado a eles terras, condições de vida, e trabalho. Muitos negros foram trabalhar para os imigrantes que havia chegado aqui em pouco tempo. (CRUZ, 2005, p. 20).

Diante desta parte da história, fica registrado o que os povos negros sofreram e ainda sofre, diante desta taxação, um individuo que é marcado pela cor da pele, que por muitas vezes é penalizado pelo idealismo de beleza que as mídias jogam para a sociedade, frustrando assim de conquistarem muitos dos seus anseios e perspectivas, seja no setor econômico, social e principalmente no educacional.

Deste modo, conhecer a luta do negro no espaço educacional é necessário para fomentar estudos dessa natureza e também, porque é de suma importância esse resgate histórico, visto que, no atual contexto em que vivemos essa problemática de estudos sobre as trajetórias educacionais do negro no Brasil, são temas "(...) que, além de terem sido desconsiderados nos relatos oficiais da história oficial da educação, estão sujeitos ao desaparecimento" (CRUZ, 2005, p.23), e também, porque, trata-se "de entender nossa historia e nossa identidade". (MUNANGA, 2006, p.18.)

É notório enfatizar também, que existe a necessidade de pesquisas que sejam voltadas para mais programas de formação de professores, para que os mesmos possam adquirir os conhecimentos imprescindíveis a esse respeito, para lidarem com a diversidade cultural que a sociedade vivência.

Dai a necessidade de se conhecer mesmo que brevemente a Lei 10.639/2003.

1.2 – Um estudo sobre lei 10.639/2003

A Lei de nº 10.639/03 foi uma das grandes conquistas do movimento social negro em prol da luta pela igualdade social Brasileira. Sancionada pelo então presidente da Republica Luís Inácio Lula da Silva em nove de janeiro de 2003 que torna obrigatório o ensino de Historia e Cultura Africanos e Afro-brasileiros nos estabelecimentos da Educação Básica, oficiais e particulares.

A Lei 10.639/03 que altera Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelece obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica e o Parecer Nº1/04 do CNE que estabelece as Diretrizes Curriculares das Relações Étnico-Raciais, vêm exigindo modalidades de atualização continuada para educadores, tanto para repertório informativo específico como para formação de excelência na matéria, conforme almeja a regulamentação.

Ensinar História e Cultura Afro-brasileiras e africanas não é mais uma questão de pretensão pessoal e de interesse particular. É uma questão curricular de caráter obrigatório que envolve as diferentes comunidades: escolar, familiar, e sociedade.

A partir dessas modificações se começou a pensar em políticas educacionais, bem como a escola em geral passou a pensar, e quando falamos em escola, é claro que, estamos incluindo tanto o quadro de professores, bem como os alunos e a comunidade, pois estes também se inserem no contexto escolar.

As questões como as quais o conteúdo deve ser abordado e transmitido para os alunos; quais temas são relevantes no que diz respeito à História Africana e sua contribuição para a formação social, cultural e econômica para o Brasil; como fazer essa abordagem tratando o assunto com a devida importância e não somente ligando a etnia negra à questão da escravidão, como a historiografia tradicional fazia

até alguns anos atrás parte das inquietações dos professores.

O objetivo principal para inserção da Lei é o de divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuíram e contribuem para a formação da identidade cultural brasileira. Além da desconstrução de uma imagem tão negativa que se tem a respeito dessa cultura, inibindo e desacelerando o preconceito e o racismo tão vivenciado por muitos.

Com esse sentido Laureano (2008) afirma que:

O movimento negro e todas as entidades que combatem o racismo e a discriminação racial, de qualquer natureza são frutos do desconhecimento. O povo negro sofre com preconceito há séculos e somente o conhecimento da história e de uma compreensão de sua cultura vai encaminhar a nossa sociedade para o rompimento com práticas preconceituosas e discriminatórias.

A lei 10.639/03 visa fazer um resgate histórico social para que as pessoas negras, afro-brasileiras conheçam mais o Brasil e melhor a sua própria história.

Comungando ainda com o autor, confiamos que a discutir a lei 10.639/03 e as probabilidades de mudanças que ela traz, torna-se notória à medida que a comunidade percebe que a lei não se limita apenas ao ensino da história, a sua construção de identidade ou saber sua realidade, vai além, aprendendo a compreensão e a concepção da diferença, da alteridade. Buscando assim, construir a criticidade e a reflexão dos alunos, dentro da sala de aula, através de debates e com textos que retratem o racismo, o negro e sua condição nos livros didáticos.

Nesse sentido, Paulo Fernando de Souza Campos afirma que a partir da publicação da lei 10.639/03, o objetivo do fazer histórico ao incorporar temáticas relacionadas às culturas africanas passa a ser a compreensão crítica das origens e das experiências dos negros, de modo a negar reducionismos pautados em juízos

de valor, discursos construídos e outras estratégias de poder que foram ao longo do tempo socialmente aceitas, inclusive no âmbito escolar.

Porém, devemos nos perguntar até que ponto a criação da Lei e sua consolidação nas escolas; ou seja, tem garantido políticas e ações educacionais quando se trata de dar suporte aos professores e a escola.

Segundo Souza (2007), em relação ao questionamento sobre como os professores estão sendo formados, tanto no seu processo inicial, quanto na formação continuada. Será que estão sendo formados para serem abertos à diversidade cultural ou em sintonia com padrões dominantes? Nessa direção, nos perguntamos como a Universidade está contribuindo para a formação de professores? Quais pesquisas foram e estão sendo desenvolvidas, abordando as questões étnico-raciais?

Contudo, espera-se que com o passar do tempo os professores e estabelecimentos escolares se adequem, a não tão nova realidade de ensino da história e cultura Africana, de que se precisa rever a sua conduta a respeito da Lei 10.639/03 e suas necessidades para a consolidação nas escolas.

Espera-se da gestão escolar e dos professores de cada escola essa construção do alicerce dessa nova realidade que a Lei em questão prioriza.

Capítulo II - A LEI 10.639/2003 NAS ESCOLAS.

Acreditamos que apenas discutir a lei 10.639/2003 não garante que ela seja objetivamente, aplicada e cumprida, nos estabelecimentos escolares em todo o País. A referida defende e compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas.

No entanto pouco pode se afirmar, com clareza sobre como essa alteração na LBD, está de fato acontecendo e na demais organização das gestões do sistema de ensino brasileiro e o mais importante no dia a dia das escolas.

Muitos pesquisadores que atuam no campo das relações étnico-raciais apontam para uma mesma linha de pensamento, que temos poucas informações sobre como se deu e como se dá, o processo de implementação e o grau de enraizamento em que se anda. Pois se tem como principal forma de seleção de informações, basicamente as pesquisas qualitativas em nível localidade, na sua maioria determinadas na forma de dissertações e teses ou averiguações realizadas com o auxílio de recursos sucedidos da aprovação em editais de fomento à pesquisa.

Ainda que tenha sua grande parcela de ajuda, na qual conhecemos melhor a dinâmica local e sua regionalidade, quanto aos processos políticos e a regularização da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todo o nosso país. Entretanto, essas mesmas pesquisas não nos ajudam a termos uma visão mais extensa de forma mais geral de como se dar em todo o âmbito nacional e no próprio cotidiano dos professores em suas praticas pedagógicas nas salas de aulas.

Percebe-se que para ter um verdadeiro apanhado dos avanços das políticas antirracistas na educação por meio da implementação da Lei 10.639/2003 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais, para saber suas ações, limites, fraquezas, empecilhos, devem-se conhecer os principais atores que dirigem os acontecimentos que são os alunos, professores, gestores e suas opiniões são um grande apanhado

de realidade, são eles que verdadeiramente vivenciam essas práticas.

2.1. Em Busca da Identidade

De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (auto definição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994: 177-178).

A antropóloga Silvia Novaes (1993), ao avaliar a identidade, diz que é possível ser usada na forma de discurso, ou no plano de um nós coletivo, no sentido de uma igualdade, que, de certa forma não pode ser vista como algo eficaz. Porém torna-se algo primordial para o uso do sistema de representações que um grupo social terá mais comodidade para reivindicar um espaço social e político.

A identidade não é algo que se tem ao nascer. É algo que se constrói a partir das convivências com o mundo e com as pessoas. É um instrumento de contato e referências culturais dos mais variados grupos. São expressões das práticas linguísticas, rituais comportamentos, hábitos alimentares, tradições populares de referências civilizatórias que marcam as condições da humanidade.

A identidade refere-se a um contínuo sentimento de individualidade que se estabelece valendo-se de dados biológicos e sociais. O indivíduo se identifica reconhecendo seu próprio corpo, situando em um meio que o reconhece como ser humano e social. Assim, a identidade resulta da percepção que temos de como os outros nos veem (ERIKSON, 1976 apud CAVALLEIRO, 2005, p. 19).

Consequentemente a identidade não se atrela apenas ao nível da cultura.

Ela abrange, também, os níveis sócio-político e histórico em cada coletividade.

Ainda de acordo com Novaes (1993), esse processo pode ser notado quando nos referimos aos negros, aos índios, às mulheres, entre outros socialmente segregados. No Brasil, tal movimentação se fez mais visível a partir da metade da década de 80 do século XX, no início do processo de abertura política. Nos Estados Unidos e em outros países da Europa esse movimento teve início no final da década dos anos 60.

De certa forma determinar sua identidade, também é entender a sua diferença, a busca da identidade de um grupo chama a diferença deste em relação à sociedade ou ao governo ou a outro grupo e instituição, ela motiva as diminuição das diferenças internas do grupo e de outro que se definem com o primeiro, mas quando se trabalham juntos em busca dos mesmos objetivos em comum, o poder e a cultura. Já que “é exatamente no domínio da cultura que estes grupos (sejam mulheres ou índios) resgatam sua autonomia e reafirmam a sua diferença” (NOVAES, 1993: 27).

2.2. O Preconceito no espaço escolar

De acordo com o conceito estabelecido por McLaren (1997, p. 212),

Preconceito é o prejulgamento negativo de indivíduos e grupos com base em evidências não reconhecidas, não pesquisadas e inadequadas. Como essas atitudes negativas ocorrem com muita frequência, elas assumem um caráter de consenso ou cunho ideológico que é, muitas vezes, usado para justificar atos de discriminação.

O espaço escolar faz parte de um conjunto social múltiplice que envolve distintas realidades. Essa variedade de gostos e peculiaridade sociais repetidas vezes é alvo de comparações, desigualdades e preconceitos, e a escola, sendo parte da sociedade, sofre também os reflexos dessas desigualdades.

O racismo brasileiro [...] na sua estratégia e nas suas táticas agem sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, ambíguo, meloso,

pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos. [...] não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica, social e cultural. Um país que tem na sua estrutura social vestígios do sistema escravista, com concentração fundiária e de rendas maiores do mundo [...], um país no qual a concentração de rendas exclui total ou parcialmente 80% da sua população da possibilidade de usufruir um padrão de vida decente; que tem trinta milhões de menores abandonados, carentes ou criminalizados não pode ser uma democracia racial. Moura (1994. p. 160)

O autor afirma ainda que algo sempre é visível aos sentidos de todos, mas estar invisível aos olhos dos poderosos poderia fazer a diferença e com a globalização e intensificação das relações individuais e sociais, acaba de certa forma diante de uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que mostra o crescimento nas tecnologias e na economia, as diferenças só aumentam.

Dai a ideia de que é na escola que as mudanças acontecem e, que a educação vem a ser influência social com as quais as pessoas procuram transformar o comportamento, as disposições comportamentais e as características de personalidade de outras pessoas tendo em vista uma meta a conseguir. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) aparece como orientação a afirmação que:

É a sociedade, quer queira, quer não, que educa moralmente seus membros, embora a família, os meios de comunicação e o convívio com outras pessoas tenham influência marcante no comportamento da criança. E naturalmente a escola também tem. (1997, p. 73)

Se fossemos definir a sociedade brasileira, com poucas palavras seria, diversidade étnica e cultural, pois são no espaço escolar que é contemplada, essas vivências, e é lá que se reconhece a pluralidade das experiências dos diferentes grupos sociais da comunidade onde a escola está implantada.

Aquino (1998) afirma que:

A escola sempre foi considerada uma instituição de seleção e diferenciação social [...] e é fato que não se pode negar a

seletividade que está presente na prática institucional escolar e, por vezes, de caráter elitista. A vivência do preconceito pode ser notada pela prática da diferença, que é muito presente no cotidiano brasileiro. (AQUINO, 1998, p. 120)

Aranha (2002), por sua vez, diz que “A educação se tornará mais coerente e eficaz se formos capazes de explicitar seus valores, ou seja, se desenvolvermos um trabalho reflexivo que esclareça as bases axiológicas da educação”. (ARANHA, 2002, p. 119)

A gestão escolar deverá desenvolver, por meio de seu projeto político pedagógico, uma educação empenhada com o desenvolvimento cognitivo e moral de seus educandos, de modo a permitir que eles venham a interferir na própria realidade para transformá-la, para construí-la. Para Cavaleiro (2005), a socialização recebida na escola ainda na infância é significativa para o desenvolvimento dos futuros cidadãos, como afirma Cavaleiro.

Sobre a experiência escolar, DEWEY (1980) afirma que:

Amplia e intensifica a socialização da criança. O contato com outras crianças da mesma idade, com outros adultos não pertencentes ao grupo familiar, com outros objetos de conhecimento, além daqueles vivido pelo grupo familiar vai possibilitar outros modos de leitura do mundo. A educação é como um processo de formação do homem integral. Como a forma mais eficaz de transmissão e comunicação entre pessoas. Um processo que não pode e não deve ser separado da própria existência humana, deve ser encarada como uma contínua reconstrução de experiências. Essa reconstrução de experiências, é uma fase da própria natureza, é uma forma de interação, pela qual os dois elementos que nela entram situação e agente, são modificados. (DEWEY, 1980, p.116)

São grandes os desafios que a escola encontra, dentro e fora de seus muros, pois a formação e da construção da criticidade dos alunos, também é sua função. O preconceito é um dos grandes desafios que os professores têm em mãos para ministrar, e os alunos aprendam a conviver com as diferenças sejam elas religiosas, socioculturais, sexuais, físicas e étnicas.

A escola, afirma Lopes:

Como parte integrante dessa sociedade que se sabe preconceituosa e discriminadora, mas que reconhece que é hora de mudar, está comprometido com essa necessidade de mudança e precisa ser um espaço de aprendizagem onde as transformações devem começar a ocorrer de modo planejado e realizado coletivamente por todos os envolvidos, de modo consciente. [...] a educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-las para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são com suas características próprias e individualizadoras; que buscar soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania. (LOPES, 2001 apud. MUNANGA, 2005, p. 189)

Desta forma é possível compreender a educação como um exercício de construção de conhecimentos, formando cidadãos críticos com uma nova mentalidade, diante do sistema, sua organização e relações sociais estabelecidas entre os sujeitos sob uma visão de país globalizado.

Dai a necessidade do reconhecimento e a afirmação da identidade, que para muitos dos estudantes, muitas vezes, não é algo que se consiga sozinho, sendo a escola um espaço fundamental na produção e compartilhamento de conteúdos e informações nos livros didáticos sobre a diversidade cultural, costumes e valores acerca da história e cultura afro-brasileira e africana.

CAPÍTULO III - LIVRO DIDÁTICO, LINGUA PORTUGUESA.

Uma das principais características do ensino escolar é a mediação didática pedagógica que ocorre entre os conhecimentos teóricos e práticos. Dessa maneira que os conteúdos e seus procedimentos devem se adaptar ao cotidiano da escola e as diversas formas que os educandos encontram para aprenderem. Dai surge à importância do apoio do livro didático como ferramenta de reflexão dessa situação.

A LDB n. 9394/96, em seu artigo 4º, inciso VII faz menção aos programas de apoio ao material pedagógico: “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de atendimento do educando no Ensino Fundamental, por meio de programas suplementares de material didático [...]” (BRASIL, 1996, p. 3).

Neste artigo 4º, se faz entender a grande parcela de importância que o estado tem para com os alunos das escolas públicas de todo o Brasil. Tendo em conta que o livro didático compõe material necessário para o processo ensino aprendizagem.

Vale ressaltar que por muito tempo o livro didático em muitas escolas, foi e a única ferramenta de trabalho que o professor dispõe.

É recente a entrada, tanto no livro didático, quanto na aula de Português, de outros gêneros e de outros tipos de texto, o que era necessário, *ou seja*, (grifo nosso) é necessário, porque as práticas sociais são variadas. É preciso preparar o aluno para as habilidades de leitura e de diversos tipos, diversos gêneros de textos. Daí a entrada de textos de jornal, textos da revista, a publicidade, a charge, etc. – a entrada de todos esses gêneros no livro de Português. O que tem ocorrido, no meu entender, é que essa invasão está um pouco violenta demais, talvez excessiva demais, em prejuízo do texto literário. Porque o texto literário está se tornando cada vez mais ausente dos livros didáticos de Português. Por causa do critério que devem estar na aula, àqueles tipos de textos que circulam mais intensamente na sociedade. Mas é preciso pensar no outro lado da questão, cabe à escola também suprir aquilo que não circula intensamente na sociedade e que é importante que o indivíduo conheça e, preferencialmente, aprenda a gostar dos textos literários. Que é o caso do texto literário, a prosa literária, o poema, etc. (SOARES, 2002, p. 4).

Mas diante dessa ideia, que a escola tem a responsabilidade e o dever de suprir a carência de conhecimento do que se está em falta, preferencialmente no quesito literário, se observarmos e trazermos para o lado da literatura africana mostra o quanto o livro didático tem essa carência.

O livro de Língua Portuguesa e dos autores William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães está organizado seguindo um único conteúdo estruturante, o discurso como prática social: oralidade, leitura, escrita e literatura. Está dividido em quatro unidades, onde a primeira unidade contém 10 capítulos, a segunda com 8 capítulos, a terceira 10 capítulos e a quarta e última 9 capítulos. Totalizando 394 páginas, tamanho A4, tem como autores um professor da rede particular de ensino e uma professora da rede pública.

O projeto de gráfico e capa foi realizado por Homem de Melo e Troia Design, a capa é plastificada com ilustração. As cores são; amarelo e laranja em vários tons, as imagens são desenhadas e coloridas; internamente as imagens também são coloridas e retiradas da internet. É um livro não consumível.

É no primeiro capítulo que aparece uma menção a África e a produção literária. Ele traz um texto de poesia de autoria de José Craveirinha.¹ O capítulo é dividido por vários tópicos e o que foi analisado, tem como título Literatura: o encontro do individual com o social.

Grito negro

Eu sou carvão!
E tu arrancas-me brutalmente do chão
e fazes-me tua mina, patrão.
Eu sou carvão!
E tu acendes-me, patrão,
para te servir eternamente como força motriz
mas eternamente não, patrão.
Eu sou carvão
e tenho que arder sim;
queimar tudo com a força da minha combustão.

¹ José Craveirinha (1922-2002) é considerado um dos principais escritores africanos de Língua Portuguesa. Moçambicano, participou ativamente do processo de libertação de seu país.

Eu sou carvão;
tenho que arder na exploração
arder até às cinzas da maldição
arder vivo como alcatrão, meu irmão,
até não ser mais a tua mina, patrão.
Eu sou carvão.
Tenho que arder
queimar tudo com o fogo da minha combustão.
Sim!
Eu sou o teu carvão, patrão.

O poema tem como título *Grito Negro*, que conta a relação de exploração que há entre o patrão e o eu lírico, supostamente seu escravo ou empregado. O autor recria ficcionalmente a realidade social, denunciando os problemas da sociedade escravagista, além de entreter o leitor, também lhe provocando sentimentos, emoções e reflexão crítica sobre o tema, podendo assim contribuir para a transformação da sociedade.

O fechamento do tópico é feita com seis questões sobre o conteúdo do poema e mais um chamado de curiosidade sobre a arte como resistência política, onde faz menção a música popular brasileira que representou uma forma popular de combate ao regime militar nas décadas de 1960 e 1970.

Em análise, percebe-se que a forma como o poema é trabalhado no livro contribui para efetivamente aproximar os alunos do universo, da realidade e da produção literária africana.

3.1. Calendário Afro-brasileiro Escolar.

O Calendário Afro-brasileiro é trabalhado na escola Maria do Carmo Bezerra desde 2011 como parte do Projeto Africanidade que contempla a realização de atividades artísticas e culturais voltadas para a valorização da cultura negra. Mensalmente é feita a pesquisa sobre as datas comemorativas do Calendário Afro-

brasileiro para identificar os dias/anos, os acontecimentos e as pessoas que são homenageadas.

Os conteúdos abordados são as datas referentes aos eventos, acontecimentos, conquistas, tragédias e as personalidades negras e seus descendentes, lembradas pelos seus feitos que enalteceram o povo negro no Brasil e em outros países.

Todas as informações organizadas como: fotos das personalidades negras, poemas, músicas, mitos, lendas, fotos históricas que fazem referência à cultura negra são expostas nos murais dos pátios com informações referente a cada mês, tendo uma grande culminância no mês de novembro.

Nesse grande encontro a escola deixa as atividades em sala de aula, para se reunir com todos os alunos, professores e funcionários para resgatar as datas e as atividades produzidas nos meses anteriores e juntamente com a comemoração da Consciência Negra, os alunos interpretam poemas, apresentam murais, quadros vivos, danças e textos reflexivos.

Essas são fotos da culminância das atividades em comemoração *A Consciência Negra*, na escola Maria do Carmo Bezerra, no ano de 2015.



**Culminância das atividades em comemoração *A Consciência Negra*.
Escola Maria do Carmo Bezerra, 2015. Fotos por Laura Daiane Justas. Novembro de 2015.**

Os objetivos do projeto é construir com os alunos instrumentos de informação e valorização sobre o negro e sua história. Refletir sobre os desafios as conquistas que permeiam a história do povo negro no passado e no presente. Reconhecer a contribuição e a influência do negro na cultura brasileira e internacional.

Tendo como responsável pela direção e coordenação das atividades a Profª Maria Edna de Sousa Silva (licenciada em Filosofia/UECE), leciona nas disciplinas de Filosofia e Sociologia.



Prof. Edna Silva com a palavra na atividade do dia da *Consciência Negra*. Escola Maria do Carmo Bezerra, 2015. Fotos por Laura Daiane Justas. Novembro de 2015.

Os alunos do Ensino Médio de ambos os Turnos: (1º, 2º ou 3º da manhã ou tarde) são os próprios participantes e colaboradores das atividades, mediante convite da professora e aceitação do aluno, cujos participantes, se desejarem, poderão permanecer para o próximo trabalho ou sugerem o convite a outros colegas. As equipes que atuaram nesse projeto tiveram a quantidade de participantes entre três (03) até dez (10) alunos.

O roteiro das atividades do calendário afro-brasileiro são as seguintes:

- Escolha dos alunos que realizarão a pesquisa do referido mês;
- Agendar dia, local e horário para fazer a pesquisa;
- Baixar os arquivos referentes aos textos e imagens sobre as datas comemorativas do referido mês;
- Edição, digitação e impressão do resumo de cada data comemorativa e suas respectivas imagens;
- Montagem de um Painel Ilustrativo com o material elaborado, cujas datas são organizadas no formato de um grande calendário;
- Exposição no Pátio Principal da escola durante todo o mês;
- Compartilhar com outros professores algumas datas comemorativas referentes aos intelectuais e artistas para possíveis trabalhos interdisciplinares ou apresentações culturais na escola e outros locais da comunidade.

As atividades citadas acima são realizadas todos os meses durante o ano. Esse trabalho já vem sendo desenvolvido há 05 (cinco) anos, embora as datas se repitam anualmente, há pouco aproveitamento dos materiais utilizados visto que são perecíveis. E também porque há mudanças quanto aos alunos participantes, cuja subjetividade influencia diretamente no resultado final do trabalho.

Apesar da pouca complexidade dos processos envolvidos nesse trabalho percebe-se que os alunos fazem a leitura do material exposto produzidos por eles através da observação do cotidiano da escola, interagem com perguntas, comentários e sugestões para os trabalhos posteriores. A exposição do Calendário Afro-brasileiro não é apenas um objeto de adorno no pátio da escola, mas um instrumento de leitura, informação e reflexão sobre a cultura e vivência do negro.

É com esse trabalho que podemos observar que a escola tenta se adequar a Lei 10.639/03. Sabe-se também que as mudanças que assistimos nessa prática escolar ainda não são do tamanho da superação do preconceito racista real que a educação exige, mas é de fato uma ação afirmativa.

3.2. O PIBID e a escola.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) é uma proposta de valorização dos futuros docentes durante seu processo de formação.² Os bolsistas do programa do PIBID desenvolvem trabalhos na escola visando à aplicabilidade da lei 10.639/03, tendo como base a Pedagogia de Projeto, já que ela permite uma interação do estudante com a construção do seu conhecimento. Muito usada entre os educadores, a pedagogia de projeto vem ganhando muitos seguidores nos últimos anos e devido aos bons resultados que os bolsistas vêm obtendo, ela ainda continuará sendo usada nas escolas. A pedagogia de Projeto teve início na metade do século XX pelo filósofo John Dewey (1859-1952) um grande crítico da Escola Tradicional e um dos defensores da Escola Nova. A Escola Tradicional aplicava métodos passivos e docentes possuidores do saber, reproduzindo o saber predominante na sociedade. E para Dewey a educação é principal elemento para se construir uma sociedade democrática. Assim, a escola tem que ter um ambiente cooperativo e participativo para que as crianças venham saber em conviver em grupos e na sociedade. (FREITAS, 2003). Por influência da Escola Nova, a pedagogia de projeto acabou surgindo e tinha como objetivo desenvolver projetos que valorizasse a realidade do aluno.

São objetivos do Pibid, conforme estabelecido no Art. 4º da Portaria Nº 096-CAPES de 18 de julho de 2013. I – incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; II – contribuir para a valorização do magistério; III – elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; IV – inserir os estudantes de licenciatura no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; V – incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-

² O Pibid que é uma política pública brasileira de valorização do magistério fechando assim os meios que encontrou para melhorar e dá suporte no quesito, história e cultura africana. O mesmo vem sendo trabalhado na escola desde 2011.

as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; VI – contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura;

O programa possui um subprojeto “Leituras da África pela via da Literatura”, com base nessa temática são realizadas nas escolas oficinas literárias, nas quais os estudantes universitários socializam diversos textos da literatura afro-brasileira. Com isso, os discentes das escolas participantes do projeto passam a conhecer um pouco da história dos países africanos (de língua portuguesa), traçando um comparativo com a história brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui um pequeno passeio pela história da educação Brasileira, como surgiu, quais elementos e fatores tiveram influencias para fazer da educação o que ela é hoje.

Concluo que por bastante tempo o negro e sua cultura foram tratados de forma preconceituosa, ajudando a perpetuar em um longo período, uma educação não igualitária e por consequência, inferior em se tratando de qualidade de ensino aos negros.

Com a concepção da Lei 10.639/03 que visa à obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro brasileira na rede básica, oficiais e particulares de ensino, grupos afros descendentes organizados conquistaram, após longos anos de luta, mudanças na estrutura do ensino. E como também, a partir da necessidade, de refletir sobre como essa lei veio contribuir, nos espaços escolares propriamente ditos.

Uma das mudanças bem vistas é o livro didático com uma linguagem e imagem renovada, uma das ferramentas mais usadas em sala de aula.

Entretanto, mediante a multiplicidade das diferenças humanas, notou-se que o livro didático de Língua Portuguesa e Literatura pouco oferecem informações sobre a literatura africana, contemplando poucos textos de origem africana, a qual não é suficiente para o aluno conhecer momentos que marcaram a história do negro no Brasil e em outros países; Fomentar nos alunos o interesse sobre a pesquisa sobre a cultura negra; e refletir sobre os desafios as conquistas que permeiam a história do povo negro no passado, presente e provavelmente para o futuro.

Para suplementar o que falta no livro didático de Língua Portuguesa e Literatura, no quesito de historias e cultura africana a escola Maria do Carmo Bezerra conta com projetos na sala de aula e extra sala que envolve toda essa temática da África, com atividades mensais que os próprios alunos desenvolvem e

atua, ele contam com a ajuda dos alunos do projeto do Pibid e dos professores da escola.

Por fim, concluo este trabalho dando ênfase da importância do aluno afrodescendente reconheça seus ancestrais, se identifique de alguma forma com as origens africanas e se sinta de alguma forma sujeito ativo dessa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o Racismo na Escola. 2 ed. MEC / BID / UNESCO. Brasília, 2005.

AMARAL, Ligia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceito, e sua superação. In: AQUINO, Júlio Groppa. (Org.) **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. 5. Ed. São Paulo, SP: Summus, 1998.

AQUINO, J. G. (Coord.). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

ARAÚJO, U. F. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.) **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. 5. Ed. São Paulo, SP: Summus, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2. Ed., São Paulo: Moderna, 1996.

ARNAY, J. Reflexões para um debate sobre a construção do conhecimento na escolar: rumo à cultura científica escolar. In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. **Conhecimento cotidiano, escolar e científico**: representação e mudança. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional – LDB**. Centro de documentação do Congresso Nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Lei n.º10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. São Paulo: Victor Civita, 1980.

CASSIANO, Célia C. F. **Circulação do livro didático: entre práticas e prescrições - políticas públicas, editoras, escolas e o professor na seleção do livro escolar**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2003.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros**. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília:

2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

LAUREANO, Marisa Antunes. O ensino de História da África. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.44, p. 333-349, jul/dez.2008.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 2. Ed. Brasília – DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MCLAREN, Peter. **A vida nas escolas**: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MOURA, Gloria. Ilhas negras num mar mestiço. In: **Carta falas, reflexões, memórias**. RIBEIRO, Darcy. Brasília 4, n.13, 1994

MONIOTE, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF. Jacques e NORA, Pierre. História (volumes I) tradução de Theo Santiago, Rio De Janeiro: F. Alves, 1976.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006 (Coleção para entender).

MÜLLER, M.L.R. Professoras negras na primeira república. In: OLIVEIRA, I. (cord.) Relações raciais no Brasil: alguns determinantes. Niterói: intertexto, 1999.

NAGLE, Jorge. História da educação brasileira: problemas atuais. EM ABERTO, Brasília, 3 (23), set/out, 1984.

NOVAES, Sílvia Caiuby. **Jogo de espelhos**. São Paulo: EDUSP, 1993. Pró-reitoria de Graduação da Unilab – Campus da Liberdade, Avenida da Abolição, 3 – Centro. CEP: 62.790-000 – Redenção – CE - Brasil. Tel. 55 (85) 3332.1388. E-mail: pibid.ci@unilab.edu.br, prograd@unilab.edu.br

IOKOI, Z. M. G. (org). Negro e negritude. São Paulo, Loiola, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 13.^a Edição, Petrópolis: Vozes, 1991.

SOARES M. B. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na Cibercultura. **Educação e Sociedade**: dez. 2002, v. 23. N. 81, p. 141-160.

ANEXO

Fotos da Culminância das atividades da *Consciência Negra*. Escola Maria do Carmo Bezerra, 2015.



